

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Modelo de capitalização da Eletrobras será definido até junho, diz ministro	2
Título: Governo quer iniciar neste semestre obras do linhão de RR	4
Título: RS prevê até R\$ 3 bilhões com venda de estatais.....	5
Título: Venda de petróleo da Venezuela diminui, mas não deve cessar	6
Título: Venezuela pede negociação com EUA para parar guerra	8
Título: Abrindo a caixa preta elétrica	9
Título: Destaques	12
Título: EDP prevê investir R\$ 2,9 bilhões no Brasil neste ano.....	13
Título: Petrobras lucra R\$ 25,8 bi em 2018.....	15
Título: Moody's retira grau de investimento da Vale	17
Título: Tribunal volta a julgar caso Eletrobras.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: » Sinal de alerta.	20
Título: Novo diretor defende expansão da usina de Itaipu.....	20
Título: Petrobrás tem lucro de R\$ 25,8 bi em 2018 após quatro anos no vermelho	22
Título: Vale perde grau de investimento da Moody's após Brumadinho	24
Título: Senado aprova multa de até R\$ 10 bilhões	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Caça à verdade	26
Título: Governo decide declarar linhão de Tucuruí obra de interesse nacional	26
Título: Agência de risco rebaixa nota de crédito da Vale.....	27
Título: Após quatro anos de perdas, Petrobras lucra R\$ 25,8 bilhões.....	29

VEÍCULO: O Globo	30
Título: STJ solta 8 funcionários da Vale presos há 2 semanas	30
Título: Governo vai acelerar obra de energia em Roraima	31
Título: Após desastre de Brumadinho, Vale perde grau de investimento	32
Título: Após 4 anos de perdas, Petrobras lucra em 2018	33
VEÍCULO: Correio Braziliense	35
Título: Alta contaminação	35
Título: Moody's rebaixa Vale.....	37
Título: <i>Energia 1</i>	38

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São

Título: Modelo de capitalização da Eletrobras será definido até junho, diz ministro

O modelo de capitalização - ou privatização - da Eletrobras será definido até junho, quando o assunto já deverá ter sido discutido também com o Congresso para que tenha um encaminhamento, disse o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em conversa com a imprensa depois de participar de um evento do BTG Pactual em São Paulo. Segundo o chefe da pasta, é possível que a capitalização da estatal seja viabilizada ainda neste ano.

Questionado se a União perderá o controle da Eletrobras na capitalização, o que configuraria a privatização da estatal, Albuquerque não respondeu diretamente, mas disse que, em caso de perda do controle, "o governo poderá e deverá ter uma "golden share".

"Como essa 'golden share' será? Será dentro do que o governo tem que ter, que é capacidade de fiscalizar, de regular", disse Albuquerque.

O trabalho de elaboração dessa modelagem está sendo discutido não apenas pelo MME, mas também com outras pastas que fazem parte do processo, como o Ministério da Economia, e com órgãos de controle e fiscalização, como a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU). "O mais importante, tudo isso terá que passar pelo Congresso", disse o ministro, lembrando que a discussão também envolve as lideranças do Legislativo.

"Em nível de governo, não vamos preparar, por exemplo, um projeto de lei e encaminhar para o Congresso, vamos discutir com as lideranças do Congresso", disse Albuquerque.

Segundo ele, o ideal seria que a proposta saísse da Casa, depois das discussões com o Executivo e os órgãos de controle. "Em junho, teremos a proposta pronta", afirmou ele ressaltando que isso não significa que um projeto de lei será encaminhado na data justamente por essa vontade do governo de que o próprio Congresso Nacional conceba o projeto.

As conversas com parlamentares tiveram início agora. O ministro contou que a pasta já foi procurada por deputados com atuação no setor elétrico, mas ainda são discussões iniciais, uma vez que ainda não foi instalada comissão na Câmara sobre o tema, por exemplo.

"Evidentemente, tanto o mercado quanto o próprio governo pretendem que isso seja resolvido da forma mais rápida possível. Vejo, sim, que isso pode ser viabilizado em 2019", disse.

De acordo com o ministro, o que já está decidido, neste momento, é que a Eletrobras precisará voltar a ter capacidade de investir nesse processo. "Não adianta vender a Eletrobras se ela não tem valor, não tem capacidade de investimento. Ela não vai fazer aquilo que é dever de ofício dela, investir na geração e na transmissão", disse.

A descotização da energia da Eletrobras enquadrada no regime de cotas (das usinas que tiveram as concessões renovadas nos termos da MP 579, em 2013)

entrará junto do plano de privatização da companhia. "A descotização é fundamental. Não adianta querer dispor de ativos ou da própria Eletrobras sem ter o valor dela", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa, Carla Araújo e Andréa Jubé | De Brasília

Título: Governo quer iniciar neste semestre obras do linhão de RR

O governo pretende iniciar as obras de extensão do linhão de Tucuruí, para interligar Roraima ao sistema elétrico nacional, até o próximo dia 30 de junho. Segundo o porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, os trabalhos devem durar três anos. O tema foi discutido ontem em reunião do Conselho de Defesa Nacional, no Palácio do Planalto.

O governo pretende acelerar trâmites burocráticos, como a concessão de licenças ambientais, para permitir o início no menor prazo possível da obra, que atravessa uma reserva indígena da etnia Waimiri-Atroari.

Os indígenas serão consultados, segundo Rêgo Barros, mas a soberania nacional será colocada "acima de outras questões que podem travar esse processo".

A extensão do trecho Manaus-Boa Vista do linhão é uma antiga reivindicação local. Roraima é o único Estado brasileiro que não está interligado com o sistema elétrico nacional e depende da energia produzida na hidrelétrica de Guri, na vizinha Venezuela. Uma outra parte advém da produção de termelétricas a diesel instaladas no Estado.

A prolongada crise econômica do país vizinho e, mais recentemente, a deterioração nas relações entre Brasília e Caracas tornaram a obra mais urgente. Roraima continuará usando a energia venezuelana enquanto o linhão não estiver concluído.

O linhão seguirá o traçado da BR-174, o que facilitará a concessão de licenças ambientais para a obra. Nos decretos de demarcação e homologação da área indígena Waimiri-Atroari, estipulou-se que ficaria excluída da reserva uma faixa de 50 metros às duas margens da rodovia que atravessa esse território - a chamada área de domínio.

Após a reunião do conselho, Bolsonaro reuniu-se com a bancada de Roraima para anunciar que o linhão finalmente sairá do papel. Participaram do encontro

os ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Segundo o senador Mecias de Jesus (PRB-RR), Salles disse no encontro que tentará acelerar o processo de concessão de licenças.

Em 2018, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu recomendação ao governo para que não autorize a obra sem consentimento dos indígenas. "O não atendimento das providências apontadas ensejará a responsabilização dos destinatários e dirigentes recomendados por sua conduta comissiva ou omissiva, sujeitando-os às consequentes medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis", disse o MPF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar e Carolina Freitas | De São Paulo

Título: RS prevê até R\$ 3 bilhões com venda de estatais

O governo do Rio Grande do Sul calcula, em análise preliminar, que arrecadará de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões com a privatização de três empresas: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Sulgás.

"Mas é um número que precisa ser refinado", disse o governador do Estado, Eduardo Leite (PSDB), em evento ontem em São Paulo.

Segundo Leite, a expectativa é que as três empresas sejam privatizadas no primeiro semestre do ano que vem. O processo, por enquanto, ainda está em etapas preliminares. Ele calcula que será possível derrubar até abril na Assembleia Legislativa a exigência de um plebiscito para a privatização de empresas estatais.

Leite aposta que, por ter tratado do tema na campanha eleitoral, conseguirá derrubar a exigência, ao contrário do seu antecessor, José Ivo Sartori (PMDB). Ele cita como exemplo o fato de a Assembleia ter aprovado nesta semana o fim da licença-prêmio, que permitia aos servidores tirarem três meses de folga remunerada após cinco anos trabalhados.

Posteriormente, o governo também buscará com os deputados estaduais a autorização para vender as três companhias, especificamente. Simultaneamente a todo esse processo, já há conversas em andamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para definir a modelagem das vendas.

Existem discussões, por exemplo, se vale a pena privatizar a CEEE "integralmente" ou vender separadamente a geradora e a distribuidora da companhia. Já o Banrisul "não se insere como prioridade de privatização", de acordo com o tucano.

O governo do Rio Grande do Sul busca há mais de dois anos socorro financeiro da administração federal, similar ao obtido pelo Rio de Janeiro - a venda de estatais é uma das exigências de Brasília para que o acordo seja fechado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Benoit Faucon e Summer Said | Dow Jones Newswires

Título: Venda de petróleo da Venezuela diminui, mas não deve cessar

Sob embargo dos EUA, a Venezuela transferiu parte de suas exportações de petróleo das refinarias americanas para a Índia e a Europa, segundo afirmou ontem o ministro do Petróleo do país. Mas segundo analistas, será difícil para o governo do presidente Nicolás Maduro gerar lucro com essas vendas e conter a pressão americana.

Desde o fim de janeiro, as vendas de petróleo pelo governo de Nicolás Maduro se encontram sob restrições dos EUA que querem redirecionar a receita obtida com essas exportações para o líder opositor Juan Guaidó, a quem os EUA reconhecem como presidente legítimo do país.

Apesar disso, as exportações de petróleo da Venezuela permaneceram em 1,2 milhão de barris/dia neste mês, afirmou ontem o ministro do Petróleo, Manuel Quevedo, em uma conferência sobre energia realizada na Arábia Saudita.

Dados das Kpler, empresa de Londres que monitora o tráfego de navios petroleiros, mostram as exportações ligeiramente menores: queda de 247 mil b/d para 1,1 milhão de b/d em fevereiro.

Novas sanções à petroleira estatal PDVSA reduziram as vendas de petróleo para os EUA para 149 mil b/d em fevereiro, ante 484 mil b/d em janeiro, segundo a Kpler.

As sanções americanas, que entraram em vigor em 28 de janeiro, causaram uma brusca interrupção das exportações do país, forçando dezenas de navios a ficarem ociosos perto da costa venezuelana, segundo imagens de satélite.

Quevedo disse que parte das vendas foram redirecionadas para a Índia. Os embarques para a Índia cresceram 40 mil b/d em fevereiro, segundo a Kpler.

A Índia, país em que o consumo de petróleo mais cresce no mundo, vem resistindo às pressões americanas sobre o petróleo venezuelano, depois de se ver obrigada a reduzir as compras do Irã, que se encontra sob um conjunto de sanções ainda mais duras dos EUA.

Diferentemente das sanções ao Irã, os EUA não proibiram o uso de serviços bancários e marítimos para comercializar o petróleo venezuelano fora de seu território e para companhias não americanas.

As vendas para clientes europeus da Venezuela, como Espanha e Suécia, continuaram neste mês, segundo dados do site alemão FleetMon, que monitora navios. E os embarques para o Reino Unido cresceram 11 mil b/d, diz a Kpler.

Por outro lado, os embarques para a China caíram pela metade neste mês, para 155 mil b/d.

Mas muitas dessas exportações da Venezuela não estão gerando receita em moeda forte. Seus embarques de petróleo para a Espanha foram entregues numa refinaria controlada pela Repsol, como pagamento por investimentos na Venezuela, segundo informou uma fonte a par do carregamento.

Na Suécia, as entregas foram para uma refinaria que é uma joint-venture entre a PDVSA e a finlandesa Neste, segundo a FleetMon. Um porta-voz da joint venture não quis comentar o assunto.

Os EUA, porém, estão elevando a pressão sobre os clientes não americanos para que eles parem de comprar o petróleo venezuelano. Em 17 de fevereiro, o assessor de segurança nacional da Casa Branca, John Bolton, fez um alerta a empresas internacionais para que não negociem com Quevedo, que no início do mês foi incluído na lista de autoridades venezuelanas sob sanção dos EUA.

A estratégia está funcionando. A Lukoil, empresa privada da Rússia, país aliado de Maduro, mas com ações em Nova York, suspendeu os contratos de troca de petróleo venezuelano por produtos refinados, disse seu presidente, Vagit Alekperov, à agência de notícias estatal russa Tass há duas semanas.

A italiana Eni vem evitando comprar petróleo venezuelano para não entrar em conflito com os EUA, disse uma fonte. Um porta-voz da Eni não quis comentar.

Em razão de seu petróleo ser muito pesado, "a Venezuela ainda luta para encontrar compradores para o petróleo que vendia aos EUA", disse Reid I'Anson, economista global de energia da Kpler. "Será ainda mais difícil à medida que as pressões dos EUA forem aumentando" sobre os compradores internacionais, disse ele.

Na segunda-feira, os EUA anunciaram sanções a aliados de Maduro e pediram aos governos da região para isolarem seu regime, depois que uma missão para entrega de ajuda humanitária resultou em violência no fim de semana.

Permissões temporárias dadas pelo Tesouro dos EUA a cidadãos e empresas americanas para reduzindo gradualmente negócios de petróleo com a Venezuela vencem nos próximos meses. A joint venture da PDVSA na Suécia pode realizar transações com americanos até 27 de julho, segundo o Tesouro.

Participantes do mercado acreditam que os embarques de petróleo da Venezuela continuarão caindo - mas não vão acabar totalmente. A produção de petróleo do país caiu para 1,1 milhão de b/d em janeiro, contra 1,9 milhão de b/d em 2017, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O presidente-executivo da BP, Bob Dudley, disse esta semana que espera um "mínimo de 600 mil b/d, mas não zero".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Venezuela pede negociação com EUA para parar guerra

A Venezuela reagiu ontem ao apelo que o Brasil fez para a comunidade internacional de ajudar a "libertar a Venezuela", ao mesmo tempo em que renovou a proposta para um encontro entre o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, e Donald Trump.

A resposta do ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Jorge Arreaza, que esteve ontem no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, foi incisiva ao ser indagado pelo **Valor** sobre o apelo do Brasil.

"Gostamos muito do povo do Brasil, e o Brasil é que tem de se libertar do neoliberalismo e das imposições", disse o ministro.

Ao entrar no Conselho, em Genebra, Arreaza viu a delegação do Brasil e de outros países se retirarem, em protesto contra o governo Maduro, ilustrando o crescente isolamento da Venezuela.

O movimento foi organizado pelo Grupo de Lima, que reúne a Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia e México - que vem se abstendo de posições mais duras contra Maduro. Austrália, Israel e alguns países europeus também deixaram a plenária.

O chanceler venezuelano minimizou o ato, o que é raro na ONU. Disse que ouviu que houve algo, mas não percebeu, apesar de as delegações terem deixado o recinto passando por ele.

Em seu discurso, o ministro venezuelano propôs um encontro entre Maduro e o presidente americano, Donald Trump, para "discutir as diferenças" e "parar essa guerra". Ele insistiu que a Venezuela sofre uma agressão por parte do governo dos EUA, que foi intensificada com Trump.

Reclamou de "um roubo, um assalto dos ativos e do ouro da Venezuela", que chegariam a US\$ 30 bilhões. O "confisco ilegal", disse, é desafio para o país poder importar o que precisa, não porque não tem recursos, mas porque os bancos comerciais se assustam e não querem trabalhar com a Venezuela.

Arreaza insistiu que Maduro apostou pelo diálogo, mas a oposição não se senta para conversar porque tem instruções contrárias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Adilson de Oliveira

Título: Abrindo a caixa preta elétrica

O sistema elétrico vive à beira de um colapso financeiro. Custos bilionários permanecem represados na contabilidade das concessionárias na expectativa de um ajuste que viabilize seu repasse para o Tesouro e/ou para os consumidores. Dois problemas interligados estão na raiz dessa situação: (i) a gestão centralizada da operação econômica do parque gerador em modelos computacionais e (ii) a divisão dos consumidores em livres e cativos (das distribuidoras).

Os consumidores livres têm liberdade para contratar o preço de seu suprimento de energia diretamente com os geradores. Contrariamente, os cativos devem aceitar os preços contratados pelas concessionárias em leilões de energia

promovidos pelo governo com o objetivo de garantir o suprimento de energia do país. Como os consumidores livres conseguem condições econômicas mais favoráveis que as ofertadas nos leilões, essa segmentação do mercado atacadista de energia penaliza os cativos. Essa situação tem induzido estes consumidores a migrarem para o mercado livre.

Por seu lado, os modelos computacionais têm a pretensão de identificar a quantidade adequada e o preço ótimo (sic) da energia para atender ao mercado consumidor. Alimentados com expectativas burocráticas para variáveis físicas e econômicas (pluviometria, demanda de energia etc), os modelos definem o uso da água dos reservatórios hidrelétricos na geração de eletricidade. Na prática, os geradores delegam aos modelos a decisão tanto do preço quanto da quantidade de energia ofertada por sua central ao mercado consumidor.

Como compensação para sua renúncia ao direito de decidir as condições de sua oferta de energia, os geradores têm assegurado, nos contratos de concessão, a comercialização de uma quantidade anual pré-fixada da energia total ofertada pelo parque gerador, independentemente da quantidade efetivamente produzida por suas centrais. Vale dizer, a União garante aos geradores um fluxo anual de energia para ser comercializada no mercado elétrico, a despeito da evolução das condições físicas e econômicas do sistema elétrico brasileiro. Como a maior parte da energia dos geradores é comercializada em contratos de longo prazo, essa regulação garante um fluxo de receita anual para os geradores.

Ao remover o risco de mercado dos geradores, essa regulação tornou muito atraente o investimento na expansão do parque gerador, o que explica o incremento contínuo da capacidade instalada desse parque, apesar da relativa estagnação do consumo de energia. No entanto, essa regulação tem outros efeitos econômicos relevantes.

Dadas as inevitáveis discrepâncias entre as expectativas burocráticas que alimentam os modelos e o comportamento real do mercado, os preços ótimos que brotam dos modelos deixam de equilibrar as ofertas pré-definidas dos geradores nos contratos de concessão com as determinadas pelos modelos. Para remediar esses desequilíbrios, foram introduzidos diversos puxadinhos no regime regulamentar (bandeiras tarifárias, energia de reserva, "generation scaling factor" etc) que procuram preservar os fluxos financeiros entre os agentes setoriais.

Na situação atual, as tarifas são decididas com base em custos passados; não sinalizam custos futuros

A migração de consumidores do mercado cativo para o livre vem agravando a situação financeira das concessionárias. Essa trajetória é insustentável. Dadas as condições das contas públicas, não parece razoável que o Tesouro aceite absorver repasses crescentes de custos das concessionárias. Por outro lado, um tarifaço elétrico abortará a retomada do crescimento econômico. Cedo ou tarde a regulação setorial terá que ser revista. A recontração da energia de Itaipu sinaliza a urgência imperiosa dessa revisão.

O governo terá que enfrentar um dilema. Preservar a gestão centralizada da operação econômica do parque gerador em modelos computacionais ou delegar as decisões de oferta e demanda de energia para os agentes do mercado?

Na situação atual, as tarifas são decididas com base em custos passados; elas não sinalizam custos futuros. Mais ainda, uma parcela dos consumidores paga preço acima de seu custo, subsidiando outros que pagam abaixo de seu custo de suprimento. O principal benefício dessa situação é que as tarifas elétricas garantem a qualidade e a confiabilidade do suprimento. Contudo, esse regime tarifário é adotado "para facilitar a vida dos gestores do sistema ao invés de economizar o dinheiro dos consumidores" (Alfred Kahn).

A drástica redução no custo de coleta e processamento de informações viabilizou a identificação dos custos de suprimento de cada consumidor. Ela também permitiu avanços na gestão de expectativas, sempre que informações suficientes (planos de expansão, andamento dos projetos etc.) sejam disponibilizadas para os agentes. Nesse novo contexto, o suprimento elétrico pode ser comercializado em pequenos intervalos de tempo, bastando que os consumidores disponham de medidores de consumo adequados. Ou seja, o regime tarifário com base em custos médios passados tornou-se obsoleto.

A liberalização do mercado atacadista traz o benefício da redução de consumos subsidiados, porém ela expõe os agentes ao risco das flutuações do custo do suprimento da energia. Os erros de previsão têm que ser negociados no mercado de curto prazo (spot), que é naturalmente volátil. Nesse ambiente, a credibilidade do preço spot é pilar fundamental do funcionamento do mercado. Para garantir essa credibilidade, é indispensável que esse preço seja determinado com base nas expectativas dos agentes do mercado.

Em síntese, o primeiro encaminhamento remove o risco de mercado dos investidores, porém exige que o Tesouro e/ou os consumidores arquem com os custos dos equívocos dos modelos computacionais. O segundo obriga os investidores a analisarem criteriosamente os riscos de seus investimentos, porém oferece sinais de mercado adequados para as decisões dos agentes.

Ambas as soluções exigirão a renegociação dos inúmeros contratos de concessão outorgados pela União nos diversos leilões de energia promovidos ao longo das últimas décadas. Essa não será uma tarefa simples. E ela será tanto mais complexa quanto mais tarde o **Ministério de Minas e Energia** se debruçar sobre o tema.

Adilson de Oliveira é professor da UFRJ

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	28/02/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petrobras em São Paulo

O Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro Unificado) realizará amanhã um ato de repúdio às declarações feitas pelo gerente executivo de gestão de pessoas da Petrobras, Cláudio Costa, que indicou que o fechamento do escritório do edifício da sede administrativa de São Paulo (Edisp) poderia acarretar em demissões de funcionários. A realização do ato foi decidida em reunião realizada pelo Sindipetro Unificado na tarde de ontem. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, admitiu que a empresa pretende encerrar as atividades do Edisp, dentro de uma estratégia de redução de custos. O executivo disse que não haverá demissões, mas que a empresa planeja lançar um programa de desligamento voluntário.

Minério em baixa

A tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou 0,3%, ou US\$ 0,21, para US\$ 83,54 ontem, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". Com isso, a commodity acumulou baixa de 2,11% em fevereiro e reduziu a 14,86% a valorização exibida em 2019. Na Bolsa de Commodities de Dalian, o contrato para maio encerrou o dia com baixa de 0,50 yuan, para 593 yuans por tonelada. Já os prêmios do minério de ferro transoceânico para cargas indexadas, conforme a Fastmarkets, mantiveram-se estáveis ao longo do dia, com remessa de finos de Pilbara Blend negociada com prêmio de US\$ 1,65 por tonelada.

TCU pune Queiroz Galvão

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) declarou novamente a inidoneidade da construtora Queiroz Galvão, desta vez, pelo prazo de três anos. A sanção, que impede a companhia de ser contratada pela administração pública federal, foi aplicada pela fraude identificada na contratação de obras da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), da Petrobras. A Queiroz Galvão já havia recebido a mesma penalidade por irregularidades praticadas na licitação de obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) e da usina nuclear Angra 3. Na Repar, a empreiteira também foi acusada de formar cartel com outras participantes do certame. Em sustentação oral no plenário do TCU, o advogado da construtora, Eduardo Stênio Silva Sousa, alegou a inexistência de provas. Segundo ele, a corte teria usado documentos e informações de sentenças proferidas por outros órgãos, como depoimentos, inquéritos e denúncias. Além disso, a defesa sustentou que o peso da sanção é desproporcional aos atos praticados.

Lucro da AES

O grupo americano de energia AES, controladora da AES Tietê, registrou lucro de US\$ 128 milhões no quarto trimestre de 2018, revertendo o prejuízo de US\$ 1,34 bilhão apurado um ano antes. A receita recuou, na comparação anual, passando de US\$ 2,64 bilhões para US\$ 2,62 bilhões. A companhia encerrou 2018 com lucro acumulado de US\$ 1,2 bilhão, revertendo perda de US\$ 1,1 bilhão de 2017. A receita subiu 2%, na comparação anual, para US\$ 10,7 bilhões. A empresa espera taxa de crescimento anual entre 7% e 9% até 2022.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: EDP prevê investir R\$ 2,9 bilhões no Brasil neste ano

A EDP Brasil prevê investimentos da ordem de R\$ 2,9 bilhões em 2019, mais que o dobro do realizado no ano passado, de cerca de R\$ 1,4 bilhão, refletindo o avanço das obras dos ativos de transmissão arrematados em leilões nos últimos anos, disse Miguel Setas, presidente da companhia. Do total, R\$ 2 bilhões serão destinados às obras de quatro linhas de transmissão em construção.

O primeiro ativo de transmissão da companhia, arrematado em um leilão em outubro de 2016, foi concluído com 20 meses de antecipação e alavancagem de 92% do investimento total.

O próximo empreendimento na fila é um linhão de 485 quilômetros em Santa Catarina, cujo financiamento está garantido por meio da emissão de debêntures de infraestrutura. A companhia conseguiu alavancar 99,8% do investimento previsto.

A expectativa da EDP é que a antecipação do primeiro lote seja uma referência para os demais empreendimentos em construção. As antecipações planejadas, combinadas às condições de financiamento atrativas que a companhia tem encontrado no mercado, devem resultar numa geração adicional de valor presente líquido para a EDP Brasil da ordem R\$ 500 milhões.

A diferença se dá porque a EDP Brasil previa uma alavancagem de 70% dos investimentos planejados quando foi aos leilões e arrematou os lotes. Além disso, as obras têm sido mais rápidas do que o esperado originalmente pela companhia. "Achamos que a média de alavancagem dos lotes ficará entre 80% e 90%", disse Setas, que explicou que não quer ser preciso sobre as perspectivas de antecipação da companhia para não criar "ansiedade" no mercado.

As debêntures de infraestrutura não são a única alternativa da EDP Brasil para financiar os investimentos. A companhia espera contar também com recursos do BNDES e do Banco do Nordeste (BNB) para os projetos de transmissão ainda sem solução de financiamento.

Além dos R\$ 2 bilhões em transmissão, a EDP Brasil prevê investimentos de R\$ 600 milhões no segmento de distribuição, com a finalidade de continuar obtendo melhorias nos indicadores de qualidade de serviço. Outros R\$ 100 milhões devem ter como destino projetos de geração solar distribuída, segmento de atuação na qual a empresa tem aumentado seu foco, com projetos vendidos para grandes consumidores de energia.

O restante dos investimentos deve ser destinado à operação e manutenção de ativos.

Mesmo considerando todos os investimentos previstos, a situação da EDP Brasil em termos de endividamento ainda é confortável, de acordo com Setas. Ao fim de dezembro, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia estava em 1,6 vez. Tirando efeitos não recorrentes, a alavancagem seria de 2 vezes, ainda com espaço para novas captações.

Em 2018, a EDP Brasil teve o maior lucro da sua história, de R\$ 1,27 bilhão, alta de 108% em relação ao resultado de 2017. A companhia lucrou R\$ 524 milhões no quarto trimestre do ano passado, crescimento de 161,3% em relação ao

mesmo intervalo do ano anterior. Parte do crescimento se deve ao ganho de R\$ 340,6 milhões com a venda de ativos concluída no fim do ano passado.

De acordo com Setas, o setor de transmissão não teve grande representação no Ebitda da companhia no ano passado, que foi concentrado em geração hídrica, térmica e comercialização. "Mas a transmissão vai crescer de 1% para 20%", disse o executivo.

Enquanto os leilões de transmissão estão muito competitivos, o que impediu a EDP de conquistar novos empreendimentos nos certames do ano passado, a companhia avalia aquisições no que Setas chamou de "mercado secundário". "Olhamos projetos que estão licitados, em fase de construção ou licenciamento, que podem ser fontes adicionais de oportunidades de negócios", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Camila Maia, Rodrigo Polito e Rafael Rosas | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras lucra R\$ 25,8 bi em 2018

Após quatro anos seguidos de prejuízo, a Petrobras anunciou ontem lucro líquido de R\$ 25,779 bilhões em 2018, o melhor resultado anual desde 2011, quando a empresa apresentou ganhos de R\$ 33,3 bilhões. Com as contas de volta ao azul, a petroleira garantiu aos seus acionistas uma remuneração de R\$ 7,1 bilhões, relativos ao exercício do ano passado.

Desse total, a empresa já pagou R\$ 2,608 bilhões por meio de juros sobre capital próprio antecipados. A última vez que a empresa pagou dividendos foi em 2014, no valor de R\$ 8,7 bilhões, relativos ao exercício de 2013.

Junto com o lucro, a estatal anunciou também a superação de sua meta de desalavancagem. A companhia fechou 2018 com uma relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2,34 vezes, número inferior à meta de 2,5 vezes traçada no plano de negócios. A dívida líquida caiu 18%, para US\$ 69,378 bilhões. Ontem, a petroleira comunicou o pagamento antecipado de R\$ 5,9 bilhões em dívidas com bancos nacionais e de US\$ 1 bilhão com o Standard Chartered Bank.

A petroleira atribuiu os ganhos de 2018 à valorização de 31% nos preços internacionais do barril, frente a 2017, e a um efeito positivo R\$ 2,365 bilhões com a revisão de estimativas de gastos futuros com abandono de campos de produção. As receitas da empresa cresceram 23%, para R\$ 349,8 bilhões, diante

do aumento dos preços dos derivados no mercado interno. A elevação dos preços ajudou a compensar a queda de 1% dos volumes de venda.

O Ebitda ajustado foi recorde, tendo crescido 50%, para R\$ 114,852 bilhões, como resultado das maiores margens nas vendas de derivados no mercado doméstico e das exportações. O fluxo de caixa livre atingiu o seu recorde, de R\$ 54,6 bilhões.

Pelo lado das despesas, houve aumento de 10% nas despesas operacionais, para R\$ 61,5 bilhões. A companhia atribui o gasto maior, principalmente, ao pagamento de tarifas para utilização de gasodutos - sobretudo após a venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), em 2017 - e aos maiores gastos com participações governamentais e importações.

As despesas gerais e administrativas, por sua vez, recuaram 4,1%, para R\$ 8,932 bilhões, refletindo os menores gastos com consultorias, tecnologia da informação (TI) e serviços administrativos prestados por terceiros. A empresa também atribuiu o corte à disciplina financeira de controle de gastos.

Em nota, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, comemorou os resultados de 2018. Segundo o executivo, a venda da refinaria de Pasadena (EUA), "cuja aquisição havia se transformado em símbolo da corrupção no Brasil", e a celebração dos acordos com a Securities and Exchange Commission (SEC) e o Departamento de Justiça americano (DoJ), para encerrar investigações nos Estados Unidos, marcam o "fim de um ciclo doloroso" para a companhia, acionistas, funcionários e a sociedade brasileira.

Assim como seus antecessores, o executivo classificou a Petrobras como vítima do que ele chamou de "prolongado saque perpetrado por uma organização criminoso".

"Celebramos os bons resultados de 2018, mas não podemos nos limitar à visão interna, à comparação conosco mesmo em anos anteriores. Ampliando nosso horizonte para a indústria de petróleo global, reconhecemos humildemente que estamos muito aquém do desejável. Não podemos nos conformar com a situação atual, havendo muito a fazer muitos desafios a superar", disse Castello Branco.

O executivo reforçou, ainda, que a companhia vai continuar buscando redução de custos. "O 'lifting cost' [custo de extração] médio tende a declinar na medida em que os campos do pré-sal, de custo em torno de US\$ 7/BOE [barril de óleo equivalente], continuem a aumentar sua fatia na produção total da Petrobras e nossas iniciativas para elevação de produtividade e corte de custos tenham mais sucesso", afirmou Castello Branco.

O resultado de 2018 foi marcado, ainda, por um "impairment" (reconhecimento de perdas no valor de recuperação de ativos) de R\$ 7,583 bilhões, com destaque para baixa contábil de R\$ 2,775 bilhões em campos de óleo e gás no exterior, associada à redução da participação da empresa nos campos envolvidos na formação de uma joint venture com a Murphy Oil para exploração e produção nos Estados Unidos. Houve também um "impairment" de R\$ 1,63 bilhão, relativo ao conjunto de navios da Transpetro, devido ao reconhecimento de perdas com menores valores de fretes projetados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivan Ryngeblum | Do Rio e de São Paulo

Título: Moody's retira grau de investimento da Vale

A agência de classificação de riscos Moody's retirou ontem o grau de investimento da Vale como consequência das incertezas decorrentes da tragédia de Brumadinho (MG). O rating das debêntures de infraestrutura da mineradora em escala global foi rebaixado de "Baa3", primeiro nível no grau de investimento da agência, para "Ba1", que representa grau especulativo. Analistas ouvidos pelo **Valor** consideram que a decisão da Moody's é o primeiro passo de um movimento que pode levar outras agências de classificação de risco a também rebaixarem a Vale. Até o fechamento desta edição a empresa não havia se pronunciado.

O rebaixamento reflete, segundo a Moody's, a elevação dos riscos de crédito após o colapso da barragem de Brumadinho, em 25 de janeiro, e as "consideráveis incertezas" associadas ao impacto total e implicações de longo prazo do episódio sobre o perfil de crédito da mineradora. A agência afirma que ainda não está clara a extensão total dos custos que a Vale incorrerá e as consequências do acidente na reputação da empresa e em seu resultado operacional e financeiro. "Embora a posição financeira robusta da Vale ofereça uma grande folga em relação aos potenciais impactos financeiros, o acidente eleva as preocupações dos pontos de vista social e de governança corporativa, uma vez que ocorreu um pouco mais de três anos após o colapso da barragem da Samarco."

A Vale havia retomado o grau de investimento, pela Moody's, em julho do ano passado depois de um período em que a agência manteve a companhia em grau especulativo como decorrência do rebaixamento da nota de crédito do Brasil e

das dificuldades pelas quais passou a própria indústria de mineração. Em dezembro de 2015, a Vale sofreu um rebaixamento, mas ainda assim manteve o grau de investimento (Baa3). Em fevereiro de 2016, porém, a mineradora foi rebaixada pela Moody's para grau especulativo (Ba3).

Em 2016 e 2017, a empresa foi se recuperando, reduziu o endividamento, e conseguiu voltar a ser grau de investimento, pela Moody's, em 23 de julho de 2018. Agora volta a perder esse "selo", embora ainda seja grau de investimento na Fitch e na Standard & Poor's.

No mercado, analistas tentavam entender, ontem, qual foi o "gatilho" que levou a Moody's a tirar o grau de investimento da Vale de forma tão rápida, uma vez que a mineradora tem uma posição financeira "sólida". De 2015 para cá, a Vale cortou a dívida de US\$ 30 bilhões para menos de US\$ 10 bilhões em 2018.

Analistas também consideram que Brumadinho terá o efeito de fazer a Vale gerar um fluxo de caixa ainda maior, mesmo produzindo volumes menores, uma vez que os preços do minério ainda estão mais altos justamente pelo fato de a mineradora brasileira, uma das grandes produtoras mundiais da commodity, ter sido levada a cortar a produção depois da tragédia.

Também ontem o ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou a soltura de oito funcionários da mineradora presos no curso de investigação sobre Brumadinho. Eles estavam detidos desde o dia 15. A liminar vigora até que o habeas corpus seja julgado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). **(Colaborou Mariana Muniz, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/02/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Tribunal volta a julgar caso Eletrobras

Os contribuintes estão na frente em julgamento sobre os empréstimos compulsórios da Eletrobras na 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Quase dez anos depois de analisarem um repetitivo sobre o assunto, os ministros voltaram a discutir a correção dos valores que não foram convertidos em ações da empresa. Vão decidir qual a data final para a aplicação dos juros remuneratórios.

Por enquanto, quatro ministros votaram pela correção até o efetivo pagamento e dois pela data da última assembleia de conversão, realizada em 2005. O

julgamento, retomado ontem, foi suspenso por novo pedido de vista. Outros três ministros ainda irão votar.

A sessão foi retomada com o voto-vista do ministro Herman Benjamin. "O que estamos discutindo aqui é uma tese jurídica de repercussões gigantescas", afirmou. Mas é impossível, acrescentou, calcular os valores e impacto do julgamento. "Não é só esse caso."

O depósito compulsório foi criado nos anos 60 com a finalidade de gerar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico. A contribuição era cobrada na conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993. Por lei, os consumidores poderiam depois converter os valores pagos em ações da Eletrobras.

Em 2009, o STJ decidiu que a empresa deveria corrigir os créditos. Na ocasião, o compulsório já havia sido pago pela empresa por meio da conversão dos valores em ações. Em 2005, havia sido realizada a última assembleia da empresa para discutir a restituição dos créditos e conversão em ações.

No STJ, consumidores alegaram que a correção efetuada foi menor do que a devida. Alguns não tiveram todo o valor convertido em ações e, por isso, ainda têm valores a receber.

A 1ª Seção julga recurso da Decoradora Roma (REsp 790288), que questiona a data final de aplicação dos juros remuneratórios, de 6% ao ano. A empresa pede que seja a data do efetivo pagamento. Já a Eletrobras, a da última assembleia.

No processo, a empresa alega que em 2009, a 1ª Seção já havia decidido que o termo final dos juros remuneratórios era o efetivo pagamento da dívida pela Eletrobras. Mas, em 2011, em recurso (embargos de divergência) decidiu que os juros remuneratórios cessariam a partir das assembleias de conversão.

O relator, ministro Gurgel de Faria, votou, em sessão anterior, de forma contrária à Eletrobras. Segundo ele, ao julgar o repetitivo, a Seção decidiu que são devidos juros remuneratórios de 6% ao ano sobre a correção monetária. O ministro disse que o STJ entende que a diferença a ser paga em dinheiro, sobre o número não convertido em ações, deve ter correção plena, expurgos inflacionários e juros remuneratórios até o efetivo pagamento.

Na sessão de ontem, o ministro Herman Benjamin divergiu. "Parece que a gente não se livra desse empréstimo compulsório", afirmou. Para ele, não há, no caso da Decoradora Roma, a incidência de juros remuneratórios.

A divergência foi seguida pela ministra Assusete Magalhães. O voto do relator foi acompanhado pelos ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes e Benedito Gonçalves. Na sequência, o julgamento foi suspenso pelo ministro Sérgio Kukina. Não há previsão de quando voltará a ser julgado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Colunas

Autor: CRISTIANE BARBIERI

Título: » Sinal de alerta.

Coluna do Broadcast

A perda do grau de investimento da Vale pela agência de classificação de risco Moody's não causou grande impacto nos preços dos bônus da companhia no exterior. No entanto, a preocupação recai sobre a possibilidade de o movimento ser seguido por outra agência de rating, o que implicaria desmonte de posições nos bônus da mineradora por grandes investidores institucionais, como fundos de pensão e seguradoras. Estimativas indicam que poderia haver desova dos papéis de US\$ 1,1 bilhão no melhor cenário a US\$ 5 bilhões no pior quadro. Tal venda em massa de bônus da mineradora puxaria poderia, eventualmente, atingir até outros bônus brasileiros, inclusive os soberanos.

» Passou batido. Ontem, o bônus que tem maior giro diário da Vale, de vencimento em 2026, chegou a cair mais de 2% com o rebaixamento da nota da Vale pela Moody's de Baa3 para Ba1, mas a perda desacelerou para 0,9%. Apesar de tudo, muitos investidores ainda dizem que Brumadinho tem impacto maior sobre a imagem do que sobre a qualidade do crédito da mineradora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Novo diretor defende expansão da usina de Itaipu

General Silva e Luna quer a instalação de duas novas turbinas na hidrelétrica e a construção de duas pontes entre Brasil e Paraguai

Em vez de reduzir o custo da energia, o novo diretor-geral de Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, defende a expansão da usina, por meio da instalação de duas novas turbinas, e a construção de duas novas pontes para ligar o Brasil e o Paraguai. Silva e Luna disse que investimentos em infraestrutura são mais importantes e deixam um legado para o País, enquanto a potencial queda da

conta de luz não seria sentida pelos consumidores. “Quando Itaipu foi planejada, foi planejada para ter 18 unidades geradoras e tem 20 hoje. Quem disse que não pode aumentar?”, disse o general, em entrevista ao Estadão/Broadcast. “Eu diria que poderíamos pensar em mais duas turbinas, pelo menos, do mesmo tamanho. Hoje, a produtividade de Itaipu em termos de energia é a maior do mundo e isso pode aumentar.” A energia de Itaipu é remunerada pelo custo, e as tarifas pagas pelos consumidores são usadas para pagar os gastos de geração, royalties, compensações e o pagamento do financiamento da usina, uma despesa anual de US\$ 2,1 bilhões.

A construção das pontes também será bancada pela tarifa. A decisão foi um dos últimos atos do ex-presidente Michel Temer no fim do ano passado. “Em vez de investir em coisas que no dia seguinte terminam e que ninguém consegue mensurar depois, vamos investir em uma obra estruturante, altamente relevante para o Brasil e o Paraguai”, disse Silva e Luna, em referência às pontes. “Tem um custo alto, mas será diluído ao longo de um período, com orçamento bem feito.”. As pontes serão construídas sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, cidade vizinha a Ciudad del Este, e outra sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e o município paraguaio de Carmelo Peralta, a centenas de quilômetros da usina. Juntas, devem custar R\$ 1 bilhão. “É uma decisão 1.000% correta.”

Silva e Luna promete uma gestão austera na usina. O general vai fazer uma reavaliação dos programas e patrocínios que Itaipu financia hoje – entre eles, estão estudos sobre carros elétricos e ações locais em meio ambiente, hospitais e escolas. Revisão. Em 2023, o financiamento da usina estará quitado, e os dois países poderão renegociar os termos do contrato firmado em 1973. Hoje, há um impasse que, segundo o general, deve ser resolvido ainda nesta semana. A Eletrobrás e a Ande, contraparte paraguaia, não chegaram a um acordo sobre os respectivos valores de contratação da potência gerada pela usina, o que impede o planejamento para este ano. O general reconheceu que o modelo atual permite que os paraguaios paguem menos pela energia do que os brasileiros. Em 2018, os paraguaios pagaram, em média, US\$ 24 por megawatt-hora (MWh), enquanto os brasileiros, US\$ 38 por MWh.

O valor médio inclui a energia associada à potência, que é mais cara, e a energia excedente, que é bem mais barata e, pelos acordos feitos no passado, tem sido priorizada ao Paraguai. O país, no entanto, teria extrapolado esses termos, o que significou R\$ 1,6 bilhão a mais para a conta do consumidor brasileiro, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A Eletrobrás, empresa por meio da qual o Brasil faz os pagamentos à usina, se recusou a pagar pelo que não recebeu. “Como toda fatura de Itaipu é em cima do custo unitário do serviço de eletricidade, no fim quem paga a conta é quem consome a energia”, disse Silva e Luna. “Itaipu é binacional, então a responsabilidade é tão paraguaia quanto

brasileira. Tudo aqui é consensual, paritário e igualitário e gera responsabilidades muito grandes.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna

Título: Petrobrás tem lucro de R\$ 25,8 bi em 2018 após quatro anos no vermelho

Estatat. Apesar do resultado do quarto trimestre ter vindo abaixo das expectativas de analistas, companhia conseguiu reverter ciclo de perdas anuais; balanço também mostra que companhia segurou investimentos e reduziu endividamento ao longo do ano passado.

Com auxílio do preço do petróleo e da alta do dólar, a Petrobrás conseguiu deixar para trás quatro anos consecutivos de prejuízos e fechou 2018 com lucro de R\$ 25,77 bilhões. É o primeiro resultado positivo desde a descoberta do esquema de corrupção pela Operação Lava Jato da Polícia Federal em 2014. No ano passado, o preço do petróleo do tipo Brent no mercado internacional subiu 31%. O desempenho também foi favorecido pela redução do pagamento de juros da dívida e pela regularização de um crédito de R\$ 5,3 bilhões com a Eletrobrás. Além disso, como a petroleira atrela seus preços aos do mercado internacional, a alta do dólar frente ao real contribuiu para engordar o caixa. Para o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, o ano passado marcou “o fim de um ciclo doloroso”.

Mesmo otimista, o executivo admite que o desempenho da estatal ainda “está muito aquém do desejável.” No quarto trimestre, o lucro foi de R\$ 2,1 bilhões, abaixo dos R\$ 7,8 bilhões projetados pelo mercado, segundo o Estadão/Broadcast. Para concluir a recuperação da petroleira, a diretoria pretende continuar vendendo ativos e cortando custos. A intenção também é reduzir o intervalo de tempo entre o início das atividades exploratórias e a extração do primeiro óleo. “Uma empresa opera com prejuízo até que consiga remunerar o capital empregado em suas operações”, ressalta o presidente. A Petrobrás encerrou o ano com dívida líquida de R\$ 268,82 bilhões, queda de 4% ante 2017. Com isso, atingiu a meta de alavancagem, que compara o quanto da geração de caixa está comprometida com o pagamento da dívida.

O objetivo era que cada US\$ 1 de caixa gerado correspondesse a US\$ 2,5 de dívida, o que significa uma métrica de alavancagem de 2,5 vezes. A petroleira encerrou 2018 com métrica de alavancagem de 2,34 vezes abaixo do prometido. Já a venda de ativos, de US\$ 6 bilhões, ficou aquém do esperado.

Cortes. Para Castello Branco, a Petrobrás ainda “está convalescendo de uma grave doença”, como afirmou em vídeo gravado aos funcionários no fim do dia de ontem, após participar da reunião com o conselho de administração para aprovar as contas de 2018. “Para cortar custos, a empresa anunciou o fechamento do escritório que mantém na Avenida Paulista, além dos escritórios de Nova York, África, Irã e Japão.

O conselho também decidiu que os salários da diretoria, incluindo o do presidente, permanecerão congelados neste ano”, disse. A produção de petróleo e gás, em 2018, alcançou 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), 5% menos que em 2017. “Nossa produção ficou praticamente estagnada durante os últimos cinco anos, o que é consequência de vários fatores, tais como a ausência de leilões de blocos de petróleo no Brasil por cinco anos, atrasos sistemáticos no desenvolvimento de projetos em parte associados às rígidas exigências de conteúdo local e o declínio natural de campos maduros”, argumentou a companhia.

Para este ano, o plano é ampliar a produção para 2,8 milhões de barris. “Esse crescimento será viabilizado pelo ‘ramp-up’ (crescimento da produção) das plataformas recém-instaladas e pela entrada em operação da (plataforma) P-77 e da P-68. Seguiremos com os desinvestimentos e a redução da alavancagem financeira, mantendo a disciplina de capital e otimizando a gestão de portfólio, da dívida e do caixa”, diz o balanço.

3 PERGUNTAS PARA...

Maurício Canêdo,
professor da FGV/EPGE

1. Como o sr. avalia o resultado de 2018?

Já era esperado. Reflete a estratégia de fazer desinvestimentos, tanto para focar no que ela entende como “core business” quanto para diminuir o endividamento. O valor do desinvestimento não foi desprezível. A alavancagem da empresa ainda está maior do que a média do mercado, mas está diminuindo.

2. A dívida era um dos principais da Petrobrás. Ela está no caminho certo?

Melhoraram o perfil da dívida, com maior prazo para pagamento. A dívida bruta melhorou bem em relação a 2017. Isso espelha a mudança na política de precificação dos derivados. Essa política segue, apesar de a variação dos derivados ter sido prejudicada pela greve, pelo subsídio (ao diesel). Além disso, o preço do petróleo subiu e o dólar valorizou.

3.E quais as perspectivas para os próximos anos?

A Petrobrás melhorou muito de 2017 para 2018 e, mantida essa estratégia, o prognóstico é bom. Existe uma continuidade, apesar de ter trocado de presidente. Vamos ver aumento de receita nos próximos anos em função dos novos campos da Petrobrás. A produção vai aumentar, a um custo muito bom.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Economia

Autor: AGÊNCIA ESTADO e REUTERS

Título: Vale perde grau de investimento da Moody's após Brumadinho

Companhia teve a nota rebaixada pela agência de classificação de risco; mineradora agora tem perspectiva 'negativa'

As ações da mineradora Vale fecharam em queda de 0,78%, cotadas a R\$ 47,83, após a agência de classificação Moody's retirar o grau de investimento da companhia. A agência também modificou a perspectiva para a nota da gigante brasileira para "negativa". A Vale estava sob a avaliação desde 29 de janeiro, quatro dias depois do rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, que causou uma tragédia humana e ambiental em Brumadinho, na Grande Belo Horizonte. Maior produtora global de minério de ferro, a Vale havia conquistado o grau de investimento em julho de 2018, quando a Moody's apontou melhoria dos indicadores de crédito da companhia, apoiada pelo melhor perfil de produção e redução de dívidas.

O colapso da barragem de Brumadinho, com mais de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos do beneficiamento de minério de ferro, liberou uma onda de lama que soterrou refeitório e área administrativa da Vale, com centenas de trabalhadores. A lama atingiu ainda rios, mata e comunidades da região. O desastre socioambiental deixou mais de 300 vítimas, entre mortos e desaparecidos. O acidente ocorreu três anos depois do rompimento da barragem na cidade de Mariana, também em Minas Gerais, que causou 19 mortes, além de impactos ambientais que se estenderam até o Espírito Santo. Governança.

O rebaixamento pode aumentar os custos de financiamento da Vale, diante da elevação dos riscos de crédito após o colapso da barragem. A agência citou "consideráveis incertezas associadas ao impacto total e implicações de longo prazo deste desastre social e ambiental sobre o perfil de crédito da Vale como um todo". A Moody's pontuou que a mineradora agora está significativamente exposta a litígios e passivos financeiros que provavelmente persistirão pelos

próximos anos. “Embora a posição financeira robusta da Vale ofereça grande folga em relação aos potenciais impactos financeiros, o acidente eleva as preocupações dos pontos de vista social e de governança corporativa, uma vez que ocorreu pouco mais de três anos após o colapso da barragem da Samarco”, relatou a agência.

A Moody's ponderou ainda que a “Vale demonstrou amplo esforço para oferecer assistência humanitária e auxílio financeiro emergencial aos afetados”. Porém ressaltou que ainda não está clara a extensão total dos custos, reivindicações judiciais e litígios, bem como o impacto do acidente na reputação da Vale e em seus resultados. A perspectiva negativa, de acordo com a Moody's, incorpora as incertezas acerca do montante e do prazo dos futuros desembolsos de caixa relacionados ao acidente. Além disso, também reflete os riscos das investigações em andamento sobre as causas e responsabilidades do acidente. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: TEO CURY

Título: Senado aprova multa de até R\$ 10 bilhões

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovaram ontem um projeto de lei que endurece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Entre outros pontos, o texto torna mais rígidas as regras de responsabilização de quem causar tragédias, estabelece a aplicação de multas que podem chegar a R\$ 10 bilhões e classifica como hediondo o crime de poluição ambiental quando o desastre resultar em morte. O texto segue agora para a Câmara, caso nenhum senador recorra para que seja enviado ao plenário. A proposta foi inspirada em um projeto de lei de 2016 de autoria do ex-senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), arquivado no fim do ano passado.

Um dos principais pontos da proposta é a proibição da construção de barragens pelo método de alteamento a montante (em que ela é construída em degraus que se utilizam do rejeito da mineração), como em Brumadinho e Mariana. As já existentes devem ser desativadas em até 18 meses. A proposta criminaliza a conduta de quem prestar informações falsas no relatório de Revisão Periódica de Segurança de Barragem ou de inspeções regular ou especial e de quem se abster de cadastrar e manter atualizadas as informações. Também obriga que cada barragem deve ter o seu Plano de Ação de Emergência. Atualmente, a exigência fica a critério do órgão fiscalizador, segundo o risco potencial que a barragem possa apresentar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 28/02/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Caça à verdade

Painel

Investigadores da tragédia de Brumadinho identificaram que funcionários da Vale deram versões divergentes nos depoimentos prestados às diversas autoridades que apuram o caso. Agora, querem uma acareação. À Polícia Civil, na semana passada, dois técnicos e dois gerentes da mineradora afirmaram que diretores da empresa sabiam de problemas na barragem do Córrego do Feijão, que se rompeu em janeiro. Em interrogatório anterior, à PF, eles negaram ter informação sobre isso.

Ampulheta

O depoimento que levou a investigação à diretoria executiva da Vale foi revelado pela coluna Mônica Bergamo, da Folha, nesta terça(26). O STJ concedeu habeas corpus aos funcionários da empresa que estavam presos. Não fosse isso, a acareação ocorreria semana que vem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 28/02/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Ricardo Delia Coletta, Gustavo Uribe e Talita Fernandes**Título:** Governo decide declarar linhão de Tucuruí obra de interesse nacional

O governo Jair Bolsonaro (PSL) decidiu declarar o linhão de Tucuruí um empreendimento de infraestrutura de interesse da política de defesa nacional.

O projeto visa criar uma linha de transmissão para conectar Roraima ao sistema interligado de abastecimento de energia elétrica.

O tema foi discutido nesta quarta-feira (27) na reunião do Conselho de Defesa Nacional, órgão que reúne o presidente da República, os presidentes da Câmara, do Senado e do STF (Supremo Tribunal Federal), além de ministros e chefes das Forças Armadas.

A ideia é justificar o enquadramento usando a crise política e social que assola a Venezuela.

Como Roraima é o único estado que não está conectado ao SIN (Sistema Interligado Nacional), o estado compra mais de 50% da sua energia elétrica de uma empresa venezuelana.

A energia vem da hidrelétrica de Guri, no país vizinho.

Ao declarar o linhão de Tucuruí uma obra de interesse nacional, o presidente pretende acelerar o projeto.

Segundo o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, com a decisão, o governo "promove a defesa e a soberania nacional".

A obra — cuja previsão inicial era de início em 2011 e conclusão em 2015 — ainda não começou em razão de conflitos judiciais e problemas na obtenção de licenças ambientais, especialmente por cruzar uma área indígena.

A expectativa é que, com isso, a construção da obra possa efetivamente ser iniciada com uma tramitação mais simplificada.

Rêgo Barros afirmou que, com a decisão, o governo estima dar início à construção do linhão em julho e espera concluí-la em três anos.

O porta-voz não soube detalhar que tipo de simplificações serão feitas no projeto e negou que o governo queira cortar etapas do licenciamento ambiental.

Segundo ele, as questões indígenas e ambientais serão consideradas, mas dentro do interesse de soberania nacional.

"As questões ambientais serão consideradas, mas estarão num bojo maior, que é da soberania nacional e de levar principalmente ao estado de Roraima a energia que produzimos no coração do país e evitar que aquele estado venha a sofrer uma crise", disse.

O estado fronteiriço depende de energia do país vizinho. O governo monitora para evitar uma crise de desabastecimento, mas avalia que a Venezuela não deve suspender o fornecimento de energia porque ela é fonte de recursos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Agência de risco rebaixa nota de crédito da Vale

Moody's coloca ainda a mineradora brasileira em perspectiva negativa após rompimento de barragem em Brumadinho

A agência de classificação Moody's cortou nesta quarta-feira (27) o rating global atribuído à mineradora Vale de "Baa3" para "Ba1", com perspectiva negativa.

A agência ainda retirou o grau de investimento da companhia, após o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), em janeiro.

O rebaixamento pode aumentar os custos de financiamento da Vale, diante da elevação dos riscos de crédito.

A agência citou "consideráveis incertezas associadas ao impacto total e implicações de longo prazo deste desastre social e ambiental sobre o perfil de crédito da Vale como um todo".

A Moody's pontuou também que a mineradora agora está significativamente exposta a litígios e passivos financeiros que provavelmente persistirão pelos próximos anos.

"Embora a posição financeira robusta da Vale ofereça uma grande folga em relação aos potenciais impactos financeiros, o acidente eleva as preocupações dos pontos de vista social e de governança corporativa, uma vez que ocorreu um pouco mais de três anos após o colapso da barragem da Samarco", afirmou a agência.

Após o anúncio, as ações da empresa tiveram queda de 0,78% e fecharam a R\$ 46,83.

Maior produtora global de minério de ferro, a Vale havia conquistado o rating anterior, último grau de investimento na escala da agência, em julho de 2018.

Na época, a Moody's havia apontado melhoria dos indicadores de crédito da companhia, apoiada pelo melhor perfil de produção e redução de dívidas.

A tragédia de Brumadinho, ocorrida no dia 25 de janeiro, deixou mais de 300 vítimas, entre mortos ou desaparecidos.

A agência ponderou que a "Vale demonstrou amplo esforço para oferecer assistência humanitária e auxílio financeiro emergencial aos afetados, bem como para reforçar o monitoramento e inspeção das barragens".

A Moody's, porém, ressaltou que ainda não está clara a extensão total dos custos, reivindicações judiciais e litígios, bem como o impacto do acidente na reputação da Vale e no seu resultado operacional e financeiro.

A perspectiva negativa, segundo a agência, incorpora as incertezas acerca do montante e do prazo dos futuros desembolsos de caixa relacionados ao acidente. Além disso, também reflete os riscos das investigações em andamento sobre as causas e responsabilidades do acidente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Após quatro anos de perdas, Petrobras lucra R\$ 25,8 bilhões

É a primeira alta desde 2013; Castello Branco diz que, apesar de resultado, estatal está "aquém do desejável"

Com a escalada dos preços do petróleo e menores provisões para perdas do que em anos anteriores, a Petrobras fechou 2018 com lucro de R\$ 25,8 bilhões.

Esse foi o primeiro resultado positivo desde 2013, antes da descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

"A performance da Petrobras no ano que passou foi indiscutivelmente a melhor em muitos anos", escreveu o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, em mensagem que acompanha o balanço divulgado nesta quarta-feira (27).

Com o resultado, a empresa distribuirá R\$ 7,1 bilhões em dividendos.

O desempenho foi impulsionado pelo aumento de 50% no preço médio do petróleo, em reais, em comparação com o ano anterior.

Mesmo com queda de 5% na produção de petróleo e gás em 2018, o lucro da área de exploração e produção cresceu 97% no ano, para R\$ 44,2 bilhões.

Por outro lado, o resultado sofreu impacto negativo de provisões no valor de R\$ 7,4 bilhões, principalmente para litígios com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e com a americana Vantage Drilling, além R\$ 7,6 bilhões em baixa no valor de ativos, como campos de petróleo e navios.

Segundo a empresa, sem considerar o impacto de itens especiais, como as provisões e as baixas contábeis, o lucro anual seria de R\$ 35,9 bilhões.

No quarto trimestre, quando a maior parte das provisões foi feita, o lucro da Petrobras foi de R\$ 2,1 bilhões, contra prejuízo de R\$ 5,4 bilhões no mesmo período de 2017.

Com preços dos combustíveis 32% acima da média do ano anterior, a receita da companhia cresceu 23% em 2018, para R\$ 349,8 bilhões.

O Ebitda (indicador que mede a geração de caixa) foi de R\$ 114,9 bilhões em 2018, alta de 50% em relação a 2017.

Pelo quarto ano consecutivo, a companhia teve um fluxo de caixa positivo — isto é arrecadou mais do que gastou. Foram R\$ 54,6 bilhões. Nas gestões petistas, a empresa passou anos gastando mais do que arrecadava,.

Principal foco de atenção do comando da empresa nos últimos anos, o endividamento líquido caiu 4% no ano, para R\$ 268,8 bilhões.

A relação entre dívida e Ebitda, que indica a capacidade que uma companhia tem de honrar seus compromissos, foi de 2,34 vezes, contra 3,67 vezes em 2017. Em 2018, a empresa arrecadou R\$ 20,2 bilhões com venda de ativos.

"Celebramos os bons resultados de 2018, mas não podemos nos limitar à visão interna, à comparação conosco mesmo em anos anteriores. Ampliando nosso horizonte para a indústria de petróleo global, reconhecemos humildemente que estamos muito aquém do desejável", afirmou Castello Branco.

A companhia já informara que estuda planos de demissão voluntária e que fechará sede em São Paulo. Poderá haver redução da estrutura em cidades como Nova York.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: STJ solta 8 funcionários da Vale presos há 2 semanas

O ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mandou soltar oito funcionários da Vale que haviam sido presos em razão da investigação sobre o rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Por outro lado, permitiu que a Justiça mineira determine medidas cautelares no lugar da prisão. O rompimento matou pelo menos 180 pessoas. Outras 130 continuam desaparecidas. A decisão é liminar e vale até o julgamento de um habeas corpus no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

OPINIÃO DO GLOBO : LENIÊNCIA

FUNCIÓNÁRIOS DA Vale disseram à força-tarefa que investiga o rompimento na Barragem Córrego da Mina do Feijão, em Brumadinho, que a mineradora sabia dos riscos do reservatório de rejeitos.

MAIS UM indício de que altos escalões da empresa tinham algum conhecimento do que poderia acontecer. E nada fizeram para impedir a tragédia iminente. Portanto, não se pode falar em fatalidade.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/02/2019****Seção: Economia****Autor: DANIEL GULLINO, KARLA GAMBA E MANOEL VENTURA****Título: Governo vai acelerar obra de energia em Roraima**

Estado depende de importação da Venezuela. Nova linha de transmissão é declarada de interesse nacional

BRASÍLIA- A construção de uma linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista será considerada obra de interesse nacional e, com isso, será acelerada, informou ontem o Palácio do Planalto. Conhecida como Linhão de Tucuruí, a obra interliga o estado de Roraima ao sistema nacional de energia. A previsão do Palácio do Planalto é que ela seja concluída em até três anos.

Roraima é o único estado do país que não está ligado ao sistema elétrico nacional e depende em grande parte das importações de energia da Venezuela. Em meio à escalada da crise política e econômica no país vizinho e à tensão na fronteira em Pacaraima, o governo tenta encontrar uma saída para eliminar essa dependência.

RECORDE DE APAGÕES

No ano passado, Roraima teve um número recorde de apagões. Foram 85 blecautes, sendo que 72 decorrentes de falhas na linha de transmissão da Venezuela. Quando isso acontece, é preciso ligar usinas térmicas às pressas. Abastecidas com óleo diesel, essas usinas são mais caras, poluentes e instáveis. Além disso, é preciso colocar dezenas de caminhões na estrada para fazer o combustível chegar às 5 usinas.

A obra do linhão foi licitada em 2011 e deveria ficar pronta em 2015. No entanto, dos cerca de 700 quilômetros totais da ligação, 123 passam por uma reserva indígena. Por falta de licenciamento relacionado à construção de rede no território dos índios waimiriatroari, o projeto até hoje não saiu do papel.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/02/2019****Seção: Economia****Autor: RENNAN SETTI*****Título: Após desastre de Brumadinho, Vale perde grau de investimento**

Um mês após rompimento de barragem, Moody's é a primeira agência a retirar "selo de boa pagadora" da empresa

A agência de classificação de risco Moody's cortou ontem a nota de crédito atribuída à mineradora Vale, de "Baa3" para "Ba1", com perspectiva negativa. Assim, a mineradora perdeu o chamado grau de investimento — uma espécie de selo de bom pagador — com a agência, a primeira a retirar esta classificação da companhia brasileira, um mês depois de o rompimento de uma de suas barragens em Brumadinho (MG) ter provocado a morte de pelo menos 179 pessoas em janeiro. Outras 131 vítimas continuam desaparecidas.

Na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, as ações da Vale reagiram ao rebaixamento. Chegaram a cair 1,8% na mínima do dia, mas fecharam com queda de 0,78%, em R\$ 46,83. A desvalorização reflete as preocupações dos investidores com o impacto no custo dos financiamentos para a empresa.

— Sabia-se que o down grade viria mais cedo ou mais tarde, não tinha jeito. O que não se sabia era que a perspectiva ficaria negativa. Essa situação faz com que o fluxo de caixa da companhia fique mais caro, já que isso tem impacto nas taxas de financiamento da mineradora — analisou Pablo Spyer, diretor operacional da corretora Mirae Asset.

— Na Bolsa, o impacto só não está sendo tão grande porque o papel já havia despencado após o acidente em janeiro, saindo do patamar de R\$ 56 para algo próximo de R\$ 40.

ACIDENTE ELEVOU RISCO

A Moody's justificou o rebaixamento como um reflexo da elevação dos riscos de crédito da mineradora após o colapso da barragem e das "consideráveis incertezas associadas ao impacto total e implicações de longo prazo deste desastre social e ambiental sobre o perfil de crédito da Vale como um todo".

Ainda segundo relatório da agência, "embora a posição financeira robusta da Vale ofereça uma grande folga em relação aos potenciais impactos financeiros, o acidente eleva as preocupações dos pontos de vista social e de governança corporativa, uma vez que ocorreu um pouco mais de três anos após o colapso da barragem da Samarco", numa referência ao rompimento da barragem de

Mariana

(MG), em 2015. A Vale é sócia da Samarco com a australiana BHP Billiton.

A nota de crédito anterior, "Baa3", era o último degrau dentro da classificação de risco da escala da Moodys. Maior produtora global de minério de ferro, a Vale havia conquistado esse conceito em julho do ano passado, quando a Moody's apontou melhoria dos indicadores de crédito da companhia, apoiada pelo melhor perfil de produção e redução de dívidas. Procurada, a Vale não quis comentar a decisão da Moodys de promover o rebaixamento de sua nota agora.

A mineradora ainda mantém o grau de investimento de outras duas agências de classificação de risco relevantes: Fitch e S&P. Em ambos os casos, sua nota é de "BBB-", um nível antes da perda do selo de bom pagador. A expectativa de agentes do mercado, porém, é que as concorrentes sigam a decisão da Moody's.

A companhia havia conseguido reconquistar o grau de investimento das três principais agências de risco há menos de um ano, depois de superar o impacto do rompimento da barragem de Mariana.

(*Com agências internacionais)

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/02/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E RENNAN SETTI

Título: Após 4 anos de perdas, Petrobras lucra em 2018

Mesmo com queda de 5% na produção, estatal registrou ganho de R\$ 25,8 bilhões, o maior em sete anos e o primeiro desde 2013, antes de a Operação Lava-Jato revelar esquemas de corrupção na companhia

No ano em que foi forçada a alterar sua política de preços e a trocar o comando diante da greve dos caminhoneiros, a Petrobras voltou ao lucro. Após quatro anos seguidos de prejuízo, a estatal registrou lucro líquido de R\$ 25,8 bilhões em 2018, o maior em sete anos e o primeiro desde que esquemas de corrupção na estatal viraram alvo da Operação Lava-Jato.

Ao divulgar ontem suas demonstrações financeiras, a estatal atribuiu a volta de suas contas anuais ao azul à melhora dos seus resultados operacional e financeiro. Mesmo assim, contingências judiciais e baixas contábeis no último trimestre frustraram a expectativa de analistas.

Entre 2014 e 2017, a Petrobras acumulou cerca de R\$ 74,6 bilhões em prejuízos, que refletiram perdas com atos de corrupção e com a desvalorização do petróleo no mercado internacional. No texto de apresentação dos resultados de 2018, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco — que assumiu no mês passado — fez menção ao "fim de um ciclo doloroso" no qual "a companhia foi vítima de prolongado saque perpetrado por uma organização criminosa"..

Ele citou como simbólica a celebração de acordos com autoridades americanas sobre práticas de corrupção e a recente venda da refinaria de Pasadena, "cuja aquisição havia se transformado em símbolo da corrupção no Brasil", disse.

A produção de petróleo e gás natural, porém, caiu 5% no ano passado, para 2,62 milhões de barris diários. A parada de diversas plataformas para manutenção e o atraso no início de operação de novos sistemas foram as principais causas. Mas a Petrobras prevê este ano atingir produção média de 2,8 milhões de barris diários.

No 4º trimestre de 2018, a empresa teve lucro líquido de R\$ 2,1 bilhões, contra prejuízo de R\$ 5,47 bilhões no mesmo período de 2017. Mas bancos e corretoras projetavam algo entre R\$ 3,2 bilhões e R\$ 8 bilhões. A cifra ficou também 68% abaixo dos R\$ 6,64 bilhões do terceiro trimestre.

A frustração está ligada ao fato de o balanço divulgado ontem ter absorvido impacto negativo de R\$ 5 bilhões em contingências judiciais nos últimos três meses do ano. Grande parte do valor se deve à unificação de campos produtores do Parque das Baleias, na Bacia de Campos, que ficam no litoral do Espírito Santo. Após quase cinco anos de discussão com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Petrobras aceitou pagar R\$ 3,1 bilhões em participações especiais.

Também pesou o provisionamento para processo de arbitragem movido pela americana Vantage Deepwater por causa de um contrato de perfuração rescindido em 2015. Pesaram ainda R\$ 6,4 bilhões em baixas contábeis (reavaliação do valor real do patrimônio da empresa) relacionadas a ativos como campos de produção e navios da Transpetro.

R\$ 7,1 BI PARA OS ACIONISTAS

Em 2018 como um todo, as perdas contábeis totalizaram R\$ 7,6 bilhões, enquanto perdas com contingências judiciais foram de R\$ 7,4 bilhões. O efeito cambial foi negativo, em R\$ 1,64 bilhão. Parte dessas perdas foi atenuada por fatores não recorrentes, como a assinatura de acordos com o setor elétrico (R\$ 5,26 bilhões).

A Petrobras calcula que o lucro líquido seria de R\$ 35,9 bilhões sem esses "itens especiais". Ainda assim, analistas avaliam que os indicadores operacionais progrediram.

— Os números sinalizam que a companhia segue tendência de retorno depois de ter sido abandonada em um ciclo de ineficiência muito grande. As questões operacionais demonstraram melhora, como a redução no custo de extração e o controle da alavancagem financeira — destacou Adeodato Volpi Netto, sócio da Eleven Financial Research.

Com o resultado, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a distribuição de um total de R\$ 7,1 bilhões aos acionistas, referentes ao exercício de 2018.

Um dos principais problemas da Petrobras, a dívida líquida encerrou 2018 em R\$ 268,8 bilhões, contra R\$ 291,8 bilhões no fim do terceiro trimestre. Com isso, a relação entre dívida e geração de caixa diminuiu de 2,96 vezes para 2,34 vezes. No auge da Lava-Jato, essa relação chegou a superar 5 vezes.

— Podemos considerar essa questão, por ora, resolvida. A empresa deve buscar manter a alavancagem nesse patamar. Como é muito intensiva em capital, não deve reduzir muito mais esse valor, caso contrário terá dificuldades de operar — acrescentou Volpi Netto.

Além de vender ativos, Castello Branco tem um plano de redução de custos. Na terça-feira, a Petrobras informou que vai abrir um novo programa de demissão voluntária, dois anos depois da última iniciativa nesse sentido. Além de reduzir a estrutura fora do Rio, como a de São Paulo, o presidente da estatal também anunciou que vai fechar escritórios no exterior, entre eles os de Nova York (EUA), do Irã e do Japão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Alta contaminação

A soltura de oito dos funcionários da Vale, presos em 15 de fevereiro como parte das investigações do rompimento da barragem de Brumadinho (MG), ocorreu no mesmo dia em que a ONG SOS Mata Atlântica apresentou relatório sobre os danos ambientais da tragédia. De acordo com o levantamento, a lama

tóxica matou todas as formas de vida no trecho do Rio Paraopeba que vai de Brumadinho a São Joaquim de Bicas.

A liberação dos investigados ocorreu por determinação do ministro Nefi Cordeiro, segundo a própria assessoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram libertados Joaquim Pedro de Toledo, Renzo Carvalho, Cristina Heloíza Malheiros, Artur Ribeiro, Alexandre Campanha, Marilene Christina Araújo, Hélio Márcio Cerqueira e Felipe Rocha.

Na decisão, Cordeiro entendeu que a prisão temporária exige a indicação de riscos à investigação de crimes taxativamente graves, enquanto os funcionários da Vale colaboraram com a apuração. “Não há risco concreto à investigação, não há risco concreto de reiteração, não há riscos ao processo”, concluiu o ministro.

Ainda de acordo com a assessoria do tribunal, a liminar do ministro vale até o julgamento do habeas corpus no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. As prisões ocorreram porque o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) concluiu que o grupo sabia previamente dos problemas na barragem. “Houve conluio de forma que fosse escondido do poder público a situação real da barragem. Funcionários participaram ativamente para dissimular a situação”, disse William Coelho, promotor da área criminal da força-tarefa que apura a tragédia.

Contaminação

De acordo com o relatório da SOS Mata Atlântica, além da contaminação no Rio Paraopeba, os rejeitos devastaram um total de 122 hectares de florestas nativas, área equivalente a 122 campos de futebol — desses, 55 hectares eram de áreas bem preservadas.

A bióloga Marta Marcondes, pesquisadora do laboratório de análise ambiental da Universidade de São Caetano do Sul (SP), participou da expedição, que percorreu 2.000km de estradas e 305km do manancial. “Fizemos coleta de água rasa e profunda em 22 pontos. Desses, 12 tinham índice de qualidade de água péssimo e 10, ruim. Ou seja, a água, da forma como ela está, é imprópria para consumo humano. Não pode ter captação. Também é imprópria para animais e para pesca. As pessoas têm de ser alertadas”, afirmou.

Tiago Felix, biólogo e mobilizador do projeto Observando Rios da ONG, concordou. “Percebemos é que a alta turbidez provocada pelos rejeitos, a baixa oxigenação e o alto nível de fosfato e nitrato e metais pesados decretam a morte desse rio”, disse, sobre o trecho que vai até São Joaquim de Bicas.

Em alguns pontos do Paraopeba, a concentração de cobre é superior a 4mg/l, mais de 444 vezes a concentração máxima permitida no manancial. A

intoxicação por cobre pode provocar náuseas e vômitos. A concentração de manganês, por sua vez, está 30 vezes acima do permitido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A contaminação pelo metal pode provocar rigidez muscular, tremores das mãos e fraqueza. Em diversos pontos, o ferro também esteve acima de 6mg/L.

"Percebemos é que a alta turbidez provocada pelos rejeitos, a baixa oxigenação e o alto nível de fosfato e nitrato e metais pesados decretam a morte desse rio"

Tiago Felix, biólogo

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Moody's rebaixa Vale

A Moody's rebaixou o rating em escala global da Vale de Baa3 para Ba1. Além disso, alterou a perspectiva para negativa, quando ela anteriormente estava em revisão para eventual rebaixamento. Com isso, o rating da empresa perdeu o grau de investimento.

A agência diz que, desse modo, conclui a avaliação para eventual rebaixamento iniciada em 29 de janeiro, em resposta ao rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

A Vale tem um risco de crédito maior após o episódio e consideráveis incertezas associadas ao impacto total e às implicações de longo prazo do impacto total no perfil de crédito da empresa, bem como uma exposição significativa a litígios futuros que devem perdurar por anos, afirma a Moody's.

Segundo a agência, a posição financeira "robusta" da Vale lhe dá um bom colchão para potenciais impactos financeiros, mas o acidente gera preocupações de uma perspectiva social, ambiental e de governança corporativa, "em particular levando-se em conta que ele ocorreu pouco mais de três anos após a ruptura da barreira da Samarco", também em Minas Gerais.

A Vale e a BHP Billiton são as controladoras da Samarco, a responsável pela barragem que rompeu em Mariana em 2015, também em Minas Gerais. Na opinião da Moody's, após o acidente, a Vale articulou um esforço abrangente de resposta, para dar assistência humanitária e ajuda emergencial às vítimas, bem como reforçar o monitoramento e a inspeção de barragens. "Porém, segue

incerto, neste momento, a extensão total dos custos, dos pedidos e do impacto geral no negócio deste acidente sobre a reputação, operações e resultados financeiros da Vale”, frisa a nota.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/02/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: *Energia 1*

Enel não resiste à temporada de chuvas em São Paulo

Em junho do ano passado, a multinacional italiana Enel comemorou com estardalhaço a compra da paulista Eletropaulo, o que a tornou líder em distribuição de energia no Brasil. Oito meses depois, os italianos estão fazendo feio ao enfrentar a primeira temporada de chuvas em São Paulo. Alguns bairros da capital paulista e diversos municípios na região metropolitana que foram atingidos por uma tempestade (foto) completaram na tarde de ontem 48 horas sem energia.

Energia 2

Consumidores sofrem e ações da Enel sobem

A ironia da história é que enquanto os consumidores sofriam com o caos provocado pela ineficiência da Enel, as ações da empresa subiam na Bolsa de São Paulo. No final da tarde de ontem, os papéis chegaram a avançar 2%. Como se deu o milagre? Ele foi resultado da melhor performance financeira da companhia, que diminuiu em 64% o prejuízo de 2018. Não custa perguntar: se há mais dinheiro no caixa, a Enel não deveria tratar melhor os consumidores?

Energia 3

Enel diz que investiu R\$ 1,3 bilhão na modernização da rede

Procurada pela coluna, a Enel diz que em 2018 investiu R\$ 1,3 bilhão na modernização da rede de distribuição, principalmente em sistemas de automação e novas subestações. Segundo a empresa, os aportes superaram recordes históricos na companhia. Em relação ao temporal em São Paulo, a Enel garante que reforçou em 480% as equipes em campo: “São 3,9 mil técnicos atuando no restabelecimento de energia para os clientes que tiveram o fornecimento afetado”.

MME / ASCOM .